



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia Nº 1/2025/Cadaval

Aquisição de Serviços de Comunicações Fixas e Móveis de Voz e Dados



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

Caderno de Encargos
Capítulo I
Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objecto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto a aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis de voz e dados, de acordo com as especificações técnicas em anexo.
2. As quantidades indicadas no anexo A são meramente indicativas, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição

Cláusula 2ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as rectificações relativas aos Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

Cláusula 3ª

Prazo

O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento matem-se em vigor pelo prazo de 24 meses ou até que seja atingido o limiar do valor adjudicado, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4ª

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

1. Obrigação de prestar o serviço de comunicação móvel de voz e dados conforme definido nos requisitos técnicos e funcionais definidos no presente Caderno de Encargos e seus anexos, bem como demais documentos contratuais;
2. Obrigação de comunicar, antecipadamente, ao Município do Cadaval os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço objecto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
3. Obrigação de não alterar as condições da presente prestação de serviço sem prévia autorização do Município do Cadaval;
4. Obrigação de prestar de forma correcta e fidedigna as informações referentes às condições em que a prestação de serviço é prestada, ministrando todos os esclarecimentos que se justifiquem no prazo indicado pelo Município do Cadaval;



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

5. Obrigação de não ceder a sua posição contratual;
6. Obrigação de reduzir automaticamente os preços dos serviços, em função de alterações determinadas pela entidade reguladora, ICP – ANACOM, durante o período de vigência do contrato;
7. Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, que altere a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação dos serviços e para a execução contratual;
8. Obrigação de comunicar ao Município do Cadaval a nomeação do gestor de serviços responsável pelo contrato e quaisquer alterações relativamente ao mesmo.
9. No caso de a adjudicação recair sobre um operador diferente daquele que atualmente opera no Município do Cadaval, os custos da portabilidade serão da responsabilidade do prestador de serviços. Esta portabilidade deverá ser efetuada sem que haja interrupção dos serviços prestados.

Cláusula 5ª

Garantia e Assistência técnica

1. O prestador de serviços garantirá sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, a execução do contrato, pelo prazo indicado na sua proposta.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data de início da execução do contrato.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que, notoriamente, resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, ações de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.
4. Em caso de furto, o prestador de serviços providenciará a substituição dos equipamentos, no prazo máximo de 24 horas.
5. Em caso de avaria de equipamento o adjudicatário obriga-se a substituir os equipamentos, sem custos para o Município do Cadaval, pelo período de tempo necessário à reparação.
6. As reparações e substituições são da responsabilidade do prestador de serviços.



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

7. A substituição de equipamentos tem de ocorrer no prazo máximo de 48 horas após comunicação da mesma ao prestador de serviços, e será efetuada através de equipamento equivalente.

Cláusula 6ª

Prazo de entrega dos bens e serviços

1. Os bens e serviços objeto do contrato devem ser entregues e disponibilizados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da assinatura do respetivo contrato.
2. O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens e serviços objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens e serviços objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município do Cadaval, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos equipamentos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o prestador de serviços.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens e disponibilização dos serviços objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do prestador de serviços.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7ª

Objecto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Cadaval, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado e exclusivamente à execução do contrato.



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

Cláusula 8ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Secção II

Obrigações do Município do Cadaval

Cláusula 9ª

Preço contratual, preço base e descontos

1. Pela prestação de serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município do Cadaval, pagará ao prestador de serviços o preço máximo global constante das propostas adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devido, até ao máximo de **29 200€** (Vinte e nove mil e duzentos euros) que corresponde ao preço base.
2. O preço referido no número anterior terá que incluir todas as despesas inerentes à prestação do serviço, sem exceções.
3. O prestador de serviços poderá aplicar descontos financeiros, que não previstos no contrato, devendo os mesmos ser aplicados sobre a facturação mensal e creditados sobre a factura do período a que se referem.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 6 da cláusula 4ª, o preço dos serviços objecto do contrato não é passível de alteração, exceto de acordo escrito entre as partes e desde que o mesmo respeite o preço contratual fixado.

Cláusula 10ª

Facturação e condições de pagamento

1. A facturação será mensal, emitidas no final do mês a que respeitam e devendo conter informação detalhada.
2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de 60 dias após recepção e validação pelo Município do Cadaval.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11ª

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, e por causa imputável ao adjudicatário, o Município de Cadaval pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma penalidade pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, excepto se a situação se enquadrar no previsto na cláusula 12ª, nos seguintes termos:

1. Por cada dia de incumprimento dos serviços acordados, até 0,25% do preço contratual, sem prejuízo do direito de resolução previsto na cláusula 13ª;
2. Pelo incumprimento relativamente aos equipamentos terminais, nomeadamente a disponibilização em caso de avaria, de equipamento equivalente sem encargos adicionais, num prazo de 24 horas, após a comunicação da ocorrência, será aplicada uma pena calculada da seguinte forma:

$$VP = VC \times A/750$$

Em que:

VP é o valor da penalidade,

VC é o preço contratual da prestação do serviço

A é o número de dias em atraso ou de dias em que a prestação do serviço não for efectuada em conformidade com o exigido.

Cláusula 12ª

Força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 13ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município do Cadaval pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a. Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos associados à prestação do serviço expressas no Caderno de Encargos e no contrato;
 - b. Indisponibilidade de acesso à rede, num local, por um período de tempo contínuo igual ou superior a 48 horas.
2. O direito de resolução referido no n.º anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 14ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte do Município do Cadaval, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao prestador de serviços proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos do estipulado na cláusula 18ª deste Caderno de Encargos.
2. Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a recepção da respectiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos 30 dias.
- 3.

Cláusula 15ª

Fidelizações

No final do prazo de vigência do contrato cessam todas as fidelizações, sem qualquer custo para a entidade adjudicante.

Capítulo IV



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

Resolução de litígios

Cláusula 16ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo correspondente ao concelho do Cadaval, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 17ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18ª

Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos), na sua atual redação e demais legislação.

Documento aprovado pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Alexandre da Silva Pinteus.